

| | |
|----------------|------------------|
| INSTITUTO | |
| Documentação | |
| SOCIOAMBIENTAL | |
| Fonte | UB (Cidades) |
| Data | 10/10/2003 Pg 28 |
| Class. | 036.711.1 |

MEIO AMBIENTE

Força-tarefa para investigar Parque JK

DA REDAÇÃO

O governador Joaquim Roriz (PMDB) decretou ontem a instalação de uma força-tarefa para coibir o avanço de ocupações clandestinas no Parque Ecológico JK, área estratégica de proteção ambiental entre Taguatinga e Samambaia. As irregularidades foram constadas no dia 18 de setembro por grupo de parlamentares que visitou o local para apurar denúncias de participação de servidores públicos na implantação de loteamentos ilegais.

A coordenação da força-tarefa será feita pela Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas. Um outro grupo de trabalho, desta vez designado pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal, terá 30 dias para a regularização total

e desobstrução da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do JK. Foram identificados crimes como ocupação ilegal do solo, grilagem, dilapidação do patrimônio público, destruição do meio ambiente e estelionato. E ainda suspeitas de extorsão e omissão do Poder Público.

“O objetivo do governador é impedir qualquer avanço de irregularidade na área”, explicou o porta-voz Paulo Fona. Cerca de mil famílias, espalhadas por 3 mil lotes, vivem atualmente na área. Há denúncias de que funcionários da administração regional de Samambaia e de Taguatinga facilitaram a proliferação de loteamentos dentro da unidade de conservação, criada em janeiro de 1996.

Além da implantação de lotes,

Mary Leal / Divulgação 30.9.03



ÁREA DO PARQUE JK: OBJETIVO DO DECRETO É COIBIR IRREGULARIDADES

os parlamentares testemunharam a abertura de ruas em áreas de córregos, com aterros de nascentes e visível contaminação do lençol freático. “É um crime federal por agredir a APA (Área de Proteção Ambiental) do Planalto Central”, afirmou o deputado distrital Pedro Passos (PTB), que classifica a ilegalidade como “esdrúxula” e “absurda”.

Ontem, Passos encaminhou à

Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), da Câmara Legislativa do DF, denúncias de ocupação irregular do Parque JK. Em conjunto com os deputados Rôney Nemer (PMDB), Eliana Pedrosa (PFL), Peniel Pacheco (PSB) e Augusto Carvalho (PPS), o distrital pede a intervenção do Ministério da Justiça, do Ministério Público e do Federal e da Polícia Federal nas apurações das ilegalidades.